



Ano 6 • n. 6
Teresina-PI – 2015/2016
ISSN 2176-6959

REVISTA
ELEIÇÕES
& Cidadania

Partidos Políticos e Democracia no Brasil

Sâmia Nagle de Oliveira Sousa¹²

Resumo

Vários estudos apontam para a crise dos partidos, o não cumprimento de suas funções, baixa representatividade dos cidadãos, queda no número de filiações e doações. Os partidos políticos estariam mesmo chegando ao fim? É possível a Democracia sem partidos políticos? O presente artigo tem o objetivo de comprovar a hipótese de que apesar dos partidos sofrerem mudanças nas suas relações com a sociedade civil brasileira, isso não significa o seu fim. Os partidos têm se tornado cada vez mais fortes, principalmente em sua relação com o Estado. Entendo, ainda, que esses são fundamentais para o funcionamento da Democracia. Para tanto, além do aporte teórico, utilizo dados do Americas Barometer, do período de 2006 a 2012.

Palavras-chaves: Partidos Políticos; Democracia; Sociedade Civil.

1 Introdução

Vários estudos apontam a crise dos partidos, o não cumprimento de suas funções, a baixa representatividade dos cidadãos, queda no número de filiações e doações. Este trabalho tem a finalidade de responder as seguintes questões: os partidos políticos estariam mesmo chegando ao fim no Brasil? É possível a Democracia sem partidos políticos?

Defendo a hipótese de que os partidos vêm sofrendo mudanças nas suas relações com a sociedade civil, o que não acarreta o seu fim. Os partidos têm se tornado cada vez mais fortes, principalmente em relação ao Estado; esses são fundamentais para o funcionamento da Democracia. Para tanto, utilizo dados do Americas Barometer¹³, do período de 2006 a 2012 no Brasil.

Na próxima seção traço um breve histórico dos partidos políticos,

¹² Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Mestra em Ciência Política pela UFPI e Professora Substituta em Sociologia na UFPI/Campus Parnaíba.

¹³ Americas Barometer é um levantamento feito a cada dois anos em 26 países, compreendendo a América do Norte, Central, América do Sul e Caribe. O levantamento é feito pelo Latin American Public Opinion Project - LALOP, que é ligado à Vanderbilt University. No Brasil, em 2006 foram realizadas 1214 entrevistas, em 2008 foram 1497, em 2010 foram 2482 e no ano de 2012 foram feitas 1500 entrevistas nas cinco regiões do país.

discutindo as mudanças sofridas ao longo do tempo. Também trato da Democracia e da importância dos partidos para o seu funcionamento. Na terceira etapa apresento as principais transformações pelas quais passaram as organizações partidárias e dados brasileiros sobre confiança, participação em atividades partidárias e se é possível uma democracia sem partidos. Na última parte, a conclusão do trabalho.

2 Partidos Políticos e Democracia

A relevância dos partidos políticos, segundo Michels (1982) se dá a partir do fato que a existência de representantes é indispensável na democracia, a massa necessita de delegados para representá-la, já que é impossível reunir a todos em um determinado local, com hora fixa e com frequência para que todos sejam ouvidos na tomada de decisões. Além disso, o autor alega que o proletário não se interessa pela vida política, ele está mais interessado em descansar após o trabalho. Assim, a tomada de decisão sai das mãos da massa para os chefes dos partidos, são poucos governando muitos, o que para ele é contrário ao princípio democrático. Entretanto, os chefes que no início são servidores da massa passam a ser superiores a esses por meio da direção profissional. O conhecimento e a experiência na vida política acabam distanciando os representantes dos representados. Dessa forma, a democracia se restringiria as eleições, onde as massas elegem seus chefes. O autor afirma que a organização partidária é uma oligarquia, onde o poder dos chefes é quase sem fim.

Reduzida à sua mais breve expressão, a lei sociológica fundamental que rege inelutavelmente os partidos políticos (dando à palavra “políticos” seu sentido mais abrangente) pode ser formulada assim: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que os delegam. Quem diz organização, diz oligarquia. Toda organização de partido representa uma potência oligárquica repousada sobre uma base democrática (MICHELS, 1982, p. 238).

Todavia, o partido como conhecemos hoje percorreu um longo caminho e para entender a atual fase dos partidos políticos é necessário

olhar para o início, para a formação dos primeiros grupos políticos: o embrião dos partidos são as facções. O termo facção, com o tempo, torna-se negativo e passa a designar grupos com interesses mesquinhos, que não buscavam o bem comum. Aos poucos passam a ser substituídos pelos partidos. Na tentativa de distinguir os partidos das facções Edmund Burke elabora a seguinte definição de partido:

O partido é um grupo de homens unidos para promoção, pelo seu esforço conjunto, do interesse nacional com base em algum princípio com o qual todos concordam. Os fins exigem meios, e os partidos são o meio adequado que permite a esses homens levar seus planos comuns à prática, com todo o poder e autoridade do Estado (Burke apud Sartori, 1982, p. 29).

Entretanto, mesmo com a diferenciação entre facções e partidos, muitos ainda criticavam esses últimos. Por exemplo, os participantes da Revolução Francesa. Para eles não havia diferença entre os grupos: as facções e os partidos significavam a mesma coisa. Porém, somente com Thomas Jefferson foi instituído o primeiro partido moderno, o Partido Republicano nos Estados Unidos.

Essa transição não foi fácil e nem linear. “A transição da facção ao partido baseia-se num processo paralelo: a transição ainda mais lenta, mais enganosa e mais tortuosa, da intolerância para a tolerância, desta para a dissensão, e da dissensão para a crença na diversidade” (SARTORI, 1982, p.33). Para o autor os partidos não são facções e sim canais de expressão, têm como função transmitir aos governantes os desejos do povo e comunicar ao povo as decisões dos governantes.

Segundo Sartori a definição mínima de partido é: “qualquer grupo político que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições, candidatos a cargos públicos” (Idem, p. 86). Assim, os partidos têm como razão de existência também a consolidação do pluralismo, isto é, a divergência de ideias. Já Umberto Cerroni (1982) declara que o partido político moderno é uma máquina organizativa com um programa político. O autor afirma que o partido é vital para vida política moderna e que é um acontecimento mundial, não se restringindo apenas a França e a Grã-Bretanha. E conforme Angelo Panebianco (2005) os partidos são organizações que atuam no campo político.

[...] os partidos políticos – como qualquer outra organização – se distinguem pelo ambiente específico no qual se desenvolvem uma atividade específica. Quaisquer que sejam as outras possíveis arenas em comum com outras organizações, somente os partidos atuam na arena eleitoral disputando os votos. Isso permite distinguir os partidos por uma atividade (relacionada a um ambiente específico) que não compartilham com nenhum outro tipo de organização, deixando em aberto o problema dos eventuais objetivos (a partir do momento em que uma mesma atividade pode ter objetivos diferentes) (PANEBIANCO, 2005, p. 11).

Os partidos de massa, vistos como tipos ideais até os dias atuais foram caracterizados, principalmente, na década de 1950 quando Maurice Duverger escreve “Os Partidos Políticos”. Os partidos de massa eram organizados em seções, muito hierarquizadas e tinham como objetivo principal a educação política da sociedade como um todo e o recrutamento maciço de adeptos. Esses adeptos dos partidos era quem financiavam as atividades partidárias.

Somente os partidos de massas conhecem um mecanismo formal de adesão, comportando a assinatura de um compromisso, uma vez por todas, e o pagamento de uma contribuição anual. [...] Para ingressar num partido de massas, a técnica mais corrente é a do boletim de adesão, formulário impresso que comporta geralmente um texto declarando que o interessado se compromete a observar a disciplina do partido e a propagar suas doutrinas, e espaços em branco para a inscrição do nome, endereço, data de nascimento e informações diversas. Aderir a um partido é, inicialmente preencher e assinar um boletim de adesão. Esse processo apresenta duas vantagens essenciais. Para começar, concretiza a adesão do adepto. [...] Mas o boletim de adesão apresenta outra vantagem: constitui uma ficha de informações sobre o novo adepto. [...] Uma vez admitido, o adepto recebe uma carta nominativa que concretiza sua qualidade de membro (DUVERGER, 1970, pp. 107-109).

Dessa forma, para que os partidos de massas possam existir é necessário um grande número de filiados, pois são esses que vão custear todas as atividades do partido, ou seja, eles não contam com o financiamento das grandes empresas e indústrias. Quem os financia são os cidadãos comuns que se filiam e pagam anualmente uma taxa.

Por fim, uma última definição de partido político, que será adotado neste artigo, é de Max Weber, que apesar de ser do início da

década de 1920 permanece muito atual. “O Partido político é uma associação... que visa a um fim deliberado, seja ele objetivo como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja pessoal, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente” (WEBER apud Bobbio, 1998, p. 908).

Observe que todas essas definições de partido político (vale lembrar que há muitas outras definições de partidos políticos, não encerrando nestas apresentadas) acompanham as mudanças que ocorrem em cada tempo, não sendo contraditórias entre si, as vezes complementam-se, outras, sendo atualizadas segundo as transformações nas sociedades.

Os partidos políticos tiveram opções várias nos trabalhos que deram importância ao tema, sendo as mesmas influenciadas pelas épocas, Estados e investigadores, que apresentam maneiras diversas de encará-los: Durante a primeira metade do século XIX, quando se falava de “Partidos”, tinham-se em mente, essencialmente, as ideologias, e não os homens que as encarnavam. Com os trabalhos de Marx, e ainda mais de Lenine, a ênfase transitou para a estrutura social: considerando-se os Partidos como modos de expressão das classes da vida política. Ostragorski e Robert Michels, os autores americanos de entre 1920 e 1940, e nós mesmos, dedicamos mais atenção às estruturas, considerando nos Partidos, sobretudo, o seu aspecto de “maquinismo”, organização, “aparelho”. Por outro lado, mal se começou ainda a estudar a imagem que um membro possui do seu Partido, o significado de sua adesão formal, a natureza dos laços que o prende ao Partido. (BARACHO, 1979, 131).

Passando para outra categoria, a Democracia, é um sistema de governo onde os cidadãos têm a oportunidade igual de participação na tomada de decisões pela regra da maioria. Portanto, “é um modelo para a organização do exercício público e coletivo do poder nas instituições de uma sociedade com base no princípio segundo o qual as decisões que atingem o bem estar de uma coletividade podem ser vistas como o resultado de um procedimento de deliberação livre e racional entre indivíduos considerados iguais política e moralmente” (BENHABIB, 2007, p. 48).

A Democracia, mesmo com as críticas que sofre, é considerada por muitos estudiosos, como Robert Dahl, o melhor sistema de governo possível, pois “um governo democrático proporciona um pro-

cesso ordeiro e pacífico através do qual a maioria dos cidadãos pode induzir o governo a fazer o que eles mais querem que ele faça ou a evitar fazer o que eles menos querem que ele faça” (DAHL, 2012, p.148).

Dentro desse contexto os partidos políticos têm papel primordial, já que atua em duas arenas do sistema político, conforme Kinzo (2004): a) arena eleitoral, onde disputam o voto dos eleitores para conquistar cargos políticos; e b) arena decisória, em que estão em posição de formular e implementar políticas públicas. Ainda de acordo com a autora, os partidos políticos modernos possuem duas funções na democracia, onde a primeira é a principal: os partidos devem organizar a disputa eleitoral, determinando candidatos a cargos públicos. E a segunda função é a de mobilização dos eleitores, estimulando os eleitores a irem às urnas.

A Democracia no Brasil já é considerada consolidada por alguns estudiosos. Moisés (2005), por exemplo, afirma que as instituições em nosso país funcionam respeitando os princípios democráticos, de forma cooperativa, não se apresentando hoje as bases para um retorno a regimes autoritários. Prova disso, é uma maior tolerância à oposição, reconhecendo sua legitimidade, onde o Partido dos Trabalhadores, considerado um partido de esquerda, chegou a Presidência da República por vias democráticas.

Com tal característica, discuto as transformações pelas quais os partidos vêm passando. Mudanças que levam muitos estudiosos a afirmarem que os partidos políticos estão caminhando para a extinção. Como base de dados, utilizo o Americas Barometer, do período de 2006 a 2012 no Brasil.

3 Mudanças nos Partidos Políticos

A tese defendida aqui é de que os partidos políticos não estão em crise. Apenas estão acompanhando as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Os partidos têm mantido relações cada vez mais estreitas com o Estado, deixando de lado o recrutamento maciço de filiados, principal característica dos partidos de massas.

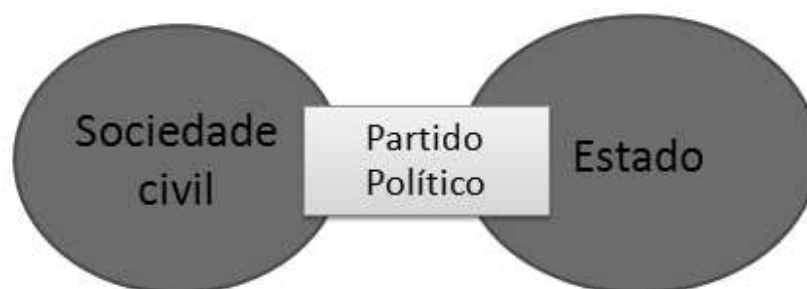
Para Mair e Katz (2004) o partido político não é uma organização estática, na verdade, os partidos passam por uma evolução, onde cada partido gera um desenvolvimento, dando origem a outro partido e assim por diante. Segundo essa perspectiva o partido de massas, vistos como tipos ideais, é apenas uma fase nesta evolução. Os autores também acreditam que a tendência atual dos partidos é a sua relação próxima com o Estado.

[...] sustentamos que nos últimos anos existe uma tendência para uma simbiose cada vez mais estreita entre os partidos e o Estado, e é esta que estabelece as condições para a emergência de um novo tipo de partido que nós definimos como “o partido cartel” (MAIR e KATZ, 2004, p. 10).

Mair e Katz (2004) afirmam que a diferença entre o partido de massas e o partido cartel é que o primeiro atua como nexos entre a sociedade civil e o Estado, enquanto o segundo é um intermediário entre a sociedade e o Estado.

O partido cartel é um agente da sociedade que penetra no Estado e age sobre ele e tem como fonte financeira subsídios estatais, não taxas pagas por filiados, como acontece com o partido de massas. Por conseguinte, não há que se falar que os partidos políticos estão acabando, pois, estão tomando como referência o partido de massas. Os partidos estão se adaptando as transformações ocorridas na sociedade. O gráfico abaixo mostra a mudança na relação partido/sociedade civil/Estado. Gráfico 1: Relação partido político/sociedade civil/Estado

Partido de Massas



Partido cartel



Fonte: Adaptação de Mair e Katz (2004).

Em outro texto, Mair (2003) alega que o que acabou foram os partidos de massas, pois não há mais a mobilização enorme do eleitorado, o ativismo partidário está cada vez menor, o número de filiados pequeno. Então, no partido político atual é fortalecido a sua relação com o Estado e existe uma troca da função representativa pela função procedimental: formulação de políticas públicas, recrutamento de líderes para ocupação de cargos públicos e organização do parlamento e do governo. O autor destaca ainda que mesmo diante de tantas alterações os partidos continuam vitais.

Devido a uma série de razões, incluindo mudanças na natureza da democracia, bem como mudanças tanto nos próprios partidos como na sociedade, em geral, os partidos dão-se conta da sua crescente incapacidade para funcionarem como agentes de representação. A época do partido de massas acabou e, tanto quanto podemos prever, dificilmente poderá ser recuperada. Ao mesmo tempo, contudo, os partidos desempenham de facto um papel de importância – e talvez de crescente importância – na gestão da democracia. Assim, se bem que o papel representativo dos partidos possa estar em declínio, o seu papel procedimental continua a ser tão essencial quanto antes. Um dos modos pelos quais os partidos poderão garantir o seu futuro será enfrentando e aceitando as suas novas circunstâncias e procurando enfatizar a sua legitimidade como garantia de uma forma de democracia abrangente, transparente e responsável (MAIR, 2003, p. 278).

As mudanças pelas quais vêm passando os partidos foram muito bem descritas por Manin (1995). Nesse texto, ele lista os três tipos ideais de governo representativo e através deles lista as modificações nos partidos. O primeiro tipo é o Parlamentar, onde a escolha dos representantes era feita através da confiança que os candidatos passavam aos eleitores e os representantes tinham relativa independência para votar segundo sua consciência; o segundo tipo é a Democracia de Partido, em que havia fidelidade a um partido e assim eram escolhidos os representantes, o debate parlamentar ocorria dentro dos partidos; por fim, a Democracia do Público, onde a escolha dos eleitos é feita baseada na pessoa do candidato, a figura do candidato é superior ao do partido. O autor comenta também sobre o papel da mídia que passa de limitado no primeiro modelo para mais ativo e fiscalizador no último modelo.

Richard Katz (1997) faz um traçado histórico da relação Democracia e eleições. Ele defende que as eleições nem sempre foram necessárias à

Democracia, por exemplo, em Atenas. As eleições é que tornam a democracia moderna possível, mas segundo o argumento do autor até chegar a esse ponto inúmeras variações ocorreram e o mesmo aconteceu com os partidos políticos. As instituições surgiram de necessidades, mas passaram por uma evolução, nem sempre linear, ou seja, as instituições foram adaptadas às necessidades de cada época e sociedade.

Democracias contemporâneas não foram estabelecidas durante a noite com novas instituições derivadas somente a partir da análise lógica rigorosa. Em geral, os governos foram democratizados, não substituídos. Mesmo quando a mudança era revolucionária, as instituições existentes normalmente foram modificadas e adaptadas. Assim, muitas características das instituições contemporâneas refletem as necessidades e valores dos sistemas políticos anteriores (KATZ, 1997, p. 10).

Deste modo, outro autor que defende que os partidos são primordiais para a Democracia é Russell Dalton (2013). Em seu livro, defende que os partidos não estão em declínio e não são fracos, os partidos políticos são sobreviventes. Lista, ainda, diversas alegações nas quais as organizações partidárias estão em decadência, como o baixo número de filiados, o aparecimento de outros atores no processo eleitoral, a dependência cada vez maior do Estado e um aumento da fragmentação dos interesses políticos. Entretanto, o escritor rebate cada uma das críticas, demonstrando a força dos partidos nas democracias contemporâneas.

Dalton alega que as mudanças não afetam somente os partidos, mas as mais diversas instituições e que muitos críticos comparam os partidos atuais ao partido de massas, o que para ele é um erro, já que esse último é apenas um tipo ideal.

No Brasil fica bem claro o que a literatura aqui apresentada defende. A participação dos eleitores ocorre basicamente no dia da eleição, as taxas de participação, trabalho em campanha, identificação partidária e confiança nos partidos políticos estão cada vez menores. A tabela 1 mostra as porcentagens da frequência a reuniões de um partido político ou movimento partidário. A resposta “nunca”, com exceção do ano de 2008 onde ocorre uma pequena queda, fica acima de 90%, é um valor muito alto.

Tabela 1: Frequência com que assiste a reuniões de um partido político ou movimento político %

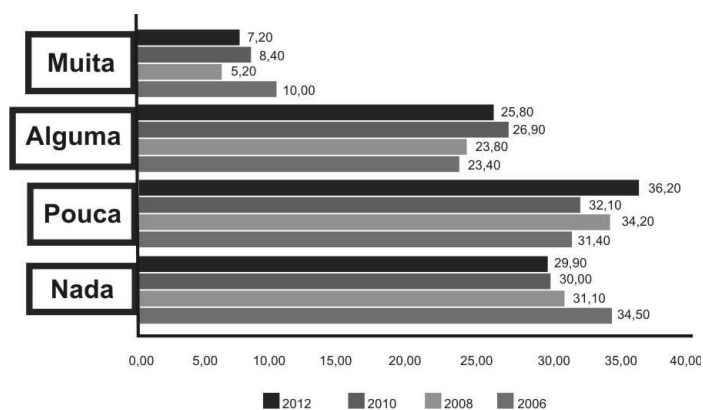
Ano	Uma vez por	Uma ou duas	Uma ou duas	Nunca
2006	0,5	2	5,6	91,4
2008	0,5	1,9	7,7	88,4
2010	0,4	1,4	5,2	92,3
2012	1,4	1,9	3,5	92,7

Fonte: Americas Barometer

A confiança nos partidos políticos, cada vez menor, fica evidente a cada série. O gráfico 2 mostra os resultados para a confiança nos partidos políticos. A porcentagem para quem respondeu “nada” gira em torno de 30% e quem “confia muito” tem uma queda de 10% em 2006 para 7,2% em 2012.

Como justificativa para estes resultados, principalmente no Brasil, está o fato de que os partidos políticos servem apenas de rodízio na perpetuação no poder pelas elites e não têm fortes ligações com a população. Por conseguinte, “os partidos compreendidos como agentes indispensáveis na intermediação entre sociedade e Estado, foram construídos apenas para coordenar a rotatividade de elites oligárquicas no poder” (SILVA e EPITÁCIO, 2012, p. 7).

Gráfico 2: Confiança nos Partidos Políticos* %



Fonte: Americas Barometer

* A pergunta devia ser respondida numa escala de 1 (nada) a 7 (muito). Na confecção do gráfico nada contempla quem respondeu 1. Pouca: respostas 2 e 3. Alguma: respostas 4 e 5.

E muita: respostas 6 e 7.

Sobre se pode haver democracia sem partidos políticos, vem diminuindo a porcentagem de quem concorda muito (27,8% em 2006 para 17% em 2012). Entretanto, as taxas mais altas registradas são as respostas de quem concorda parcialmente, conforme tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Pode haver democracia sem partidos políticos* %

Ano	Discorda muito	Discorda parcialmente	Concorda parcialmente	Concorda Muito
2006	12,6	18,2	32	27,8
2008	17,5	22,4	25	18,5
2010	24,1	21	28,3	14,8
2012	17,9	26	31,2	17

Fonte: Americas Barometer

* A pergunta devia ser respondida numa escala de 1 (nada) a 7 (muito). Na confecção do gráfico nada contempla quem respondeu 1; pouca, respostas 2 e 3; alguma, respostas 4 e 5; e muita, respostas 6 e 7.

Como podemos observar, os dados apresentados confirmam uma diminuição na participação dos cidadãos em atividades políticas, isso se deve ao fato da população ter pouca confiança nos partidos. Contudo, não acredito que as organizações partidárias estejam em crise, segundo a literatura apresentada o que temos é uma mudança de foco: da sociedade civil para o Estado.

Por fim, apesar da baixa identidade partidária, é possível identificar uma simpatia partidária no eleitorado brasileiro, segundo Braga e Pimentel Jr (2011). A principal argumentação dos autores é de que os eleitores em nosso país tem se dividido em dois grupos, segundo a simpatia partidária, por causa da bipolarização das eleições para presidente. Essa divisão ocorre entre os dois partidos que têm concentrado maior poder nas eleições a nível nacional, o PT e o PSDB. A alegação dos autores lança um novo componente para a discussão da importância dos partidos no Brasil, já que, uma parte dos estudos alega que aqui os partidos não importam, não é o que os autores observam pelo menos nas eleições presidenciais.

4 Considerações finais

Apesar das mutações que os partidos sofreram desde o seu surgimento, observo que são essenciais para a Democracia. Os partidos mudaram o enfoque, da sociedade civil para o Estado. Esse fenômeno não acontece somente no Brasil, mas sim em todo o mundo.

Os partidos modernos não conseguem mais mobilizar grandes números de eleitores, como os partidos de massas. A função de representante deixa de ter tanta importância e passa a ser exaltada a função procedimental. A dependência do Estado é cada vez maior, inclusive financeiramente.

De tal modo, concluo que os partidos não estão chegando ao fim e conforme o nosso sistema político não é possível uma Democracia sem partidos. As mudanças ocorridas são, na verdade, parte da evolução das organizações partidárias, pois essas não são estáticas e sim dinâmicas. Os estudos e os dados aqui apresentados corroboram essas afirmações.

REFERÊNCIAS

- BARRACHO, J. A. de O. **Teoria Geral dos Partidos Políticos**. R. Inf. Legisl. Brasília, a. 16, n. 64, out/dez 1979.
- BENHABIB, S. Sobre um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: WERLE, D. L.; MELO, R. D. **Democracia Deliberativa**. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.
- BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR, J. **Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?** Opinião Pública, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.271-303.
- CERRONI, U. **Teoria do partido político**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- DAHL, R. A. **A Democracia e seus críticos**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- DALTON, R. **Political parties & democratic linkage: how parties organize democracy**. Oxford University Press. Oxford, 2013.
- DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

KATZ, R. S. **Democracy and elections**. Oxford University Press. London, 1997.

KINZO, M. A. G. **Partido, eleições e democracia no Brasil pós-1985**. RBCS, vol. 19, nº 54, fevereiro/2004.

MAIR, P. **Os partidos e a democracia**. *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 2003, p. 277-293.

MAIR, P.; KATZ, R. **El partido cartel**: La transformación de los modelos de partidos y de la democracia de partidos. *Zona Abierta*, 108/109, 2004.

MANIN, B. **As metamorfoses do governo representativo**. *Rev. bras. Ci. Soc.* v. 10, n. 29, São Paulo, out. 1995.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Trad. de Arthur Chaudon. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, Coleção Pensamento Político.

MOISÉS, J. A. **A desconfiança nas instituições democráticas**. *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, nº 1, Março, 2005.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partidos** - organização e poder nos partidos políticos. São Paulo. Martins Fonte, 2005.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SILVA, C. D. P.; EPITÁCIO, S. **Confiança institucional em sistema partidário cartelizado**: as razões da abstenção eleitoral no Brasil. In: 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Gramado, 2012.